RUI E O ENSINO

Ruy Lourenço Filho

Na segunda metade do século passado profundas modificações ocorreram na vida brasileira, em meio ao debate de questões de organização social e política. Três reformas mereceram principalmente a atenção, na volta do Partido Liberal ao poder, em 1878: a eleitoral, a do ensino público e a do trabalho servil. Das três reformas participou Rui Barbosa, jovem deputado pela Bahia, que começava a ganhar notoriedade e fama de grande orador.[1]

Por decreto (n.º 7.247) de abril de 1879, o governo imperial reforma o ensino; é a reforma de Leôncio de Carvalho, com a idéia central de liberdade de ensino. O decreto é submetido ao Parlamento, apenas para autorização de acréscimo de despesas e de alguns dispositivos que exigiam seu voto; no mais, a reforma entrava logo em vigência.

Em junho de 1880, Rui é escolhido para a Comissão de Instrução Pública, da Câmara dos Deputados; estaria aberta "a oportunidade para realizar algumas idéias sobre instrução pública e que, incutidas por João Barbosa, estariam incorporadas aos seus ideais de adolescência".[2] Na comissão é designado relator da reforma de ensino de 1879.

1 Lacombe, Américo Jacobina. *À sombra de Rui Barbosa.* São Paulo, Editora Nacional, 1978, p. 216-20. (Brasiliana, n. 365.)

2 Viana Filho, Luiz. *A Vida de Rui Barbosa,* 8. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1977 p. 107.

Os dois Pareceres de Rui são apresentados à Câmara, no ano de 1882, o primeiro em sessão de 13 de abril, *Reforma do ensino secundário e superior,*[3] e o segundo em 12 de setembro, *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública,*[4] este publicado nos *Anais do Parlamento,* somente em 1883.

"É importante situar os Pareceres, no seu tempo, bem como situar também essa portentosa obra nas demais, e vastíssima produção do autor. Certo é que eles excedem o plano comum de tais documentos. Excederiam hoje no parlamento de qualquer país, e o excediam à época, com maior razão."[5]

"O amor que (o autor) dá aos Pareceres, à sua preparação bibliográfica, ao trato de suas teses é pleno e total. Em paga, durante muito tempo, os Pareceres são o título único que lhe reconhecem ao preito público e à carreira política."[6]

Os Pareceres e os projetos substitutivos não cuidam só de rever currículos e arrolar cargos e despesas; aí se encontram uma conceituação geral da educação e uma filosofia pedagógica; estudam o conteúdo e os processos do ensino, a metodologia especial de cada disciplina; as atividades complementares; as normas relativas a vários aspectos da administração escolar; a necessidade da estatística do ensino e da documentação pedagógica; a definição de um sistema nacional do ensino; e a instituição de um conselho superior e de um ministério próprio. Rui se afigura aí um precursor; dos primeiros a, entre nós, tratar da pedagogia como problema integral da cultura. Os Pareceres constituem trabalho de pesquisa e de investigação sobre a realidade nacional; contrapõem-se à acusação, muitas vezes feita a Rui, de ter sido um teórico, distante das condições brasileiras.

"Rui não foi educador de ofício; não figura como profissional do ensino. Salvo pequena participação que deu a um curso noturno para analfabetos,

[3] *Obras completas de Rui Barbosa.* Rio de Janeiro, 1942. v. 9, t. 2: Reforma do ensino secundário e superior. 1882.

[4] *Obras completas de Rui Barbosa,* Rio de Janeiro, 1947. v. 10, t. 1 2, 3, 4: Reforma do ensino primário e instituições complementares. 1883.

[5] Lourenço Filho, M. B. *A Pedagogia de Rui Barbosa,* 3. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1966. p. 47, 58, 95.

[6] Moreira, Thiers Martins. *Obras completas de Rui Barbosa.* v. 9, t. 1, prefácio, p. xv-xvi.

quando estudante em São Paulo, não exerceu o magistério; também não desempenhou cargos de administração, não foi inspetor de ensino ou diretor de escola. Seus escritos sobre educação, todos produzidos no limitado prazo de um lustro, precisamente o que mediou de 1881 a 1886, tiveram caráter episódico, decorreram da vida política, foram aspectos da luta do doutrinador e reformador social. Nessa época, andava entre os 32 e os 37 anos de idade, e era deputado pela Bahia. Depois (...) Rui não voltou a ocupar-se de temas de ensino, excetuados artigos de imprensa, não muitos, e que, por sua natureza, mais judiciosamente se hão de classificar na produção jornalística (...) e em dois discursos de paraninfo, em Friburgo (1903) e em São Paulo (1921)."[7]

"Como se vê, no acervo imenso de cultura que nos legou, os escritos pedagógicos representam parcela relativamente diminuta. Mas em Rui, o diminuto é, ainda e sempre, copioso. Na coleção das *Obras completas*, os escritos pedagógicos darão de sete a oito tomos. Quaisquer que tenham sido, aliás, as circunstâncias, a forma de produção e a extensão, bastariam esses trabalhos para que o nome do autor fosse incluído no rol de nossos maiores pedagogistas, e para que o seu pensamento tivesse influído, como continua a influir, sobre gerações sucessivas de mestres e estudiosos da especialidade, em nossa terra."[8]

[7] Lourenço Filho, M. B. op. cit. p. 11.

[8] Lourenço Filho, M. B. op. cit. p. 12.